

Expurgo já em junho

por Cláudia Sfatle
de Brasília

Em duas semanas, o governo define o tamanho do expurgo que deverá ser aplicado aos índices oficiais da economia — INPC, correção cambial, correção monetária e Índice Geral de Preços —, provavelmente já refletindo nos números deste mês. A opção pelo expurgo foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e pelo secretário especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, ontem, em Brasília.

Eles informaram que os estudos metodológicos estão sendo elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela FIBGE e, no início da semana que vem, representantes empresariais, líderes sindicais, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de políticos e acadêmicos, serão convocados para uma

reunião na sede da FGV, no Rio, para discutir uma solução final. Também as lideranças do PDS terão um encontro com o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, nos próximos dias.

A decisão deve ser rápida. Talvez antes dos quinze dias citados por Dallari, pois a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) está com dificuldades de mensurar os reais efeitos do pacote econômico, anunciado há uma semana, sem a importante definição do expurgo e da redução na folha de pagamento das empresas estatais, também uma questão pendente. "Faltam elementos para avaliar os efeitos do pacote, porque ainda há coisas a definir", disse Horst Struckmeyer, chefe da Divisão do Atlântico, do FMI, a este jornal.

Enquanto o expurgo não sai, a missão do FMI trabalha na coleta de dados,

mantendo contatos com técnicos da Seplan e do Banco Central. Somente após o anúncio do que pretende fazer o governo é que começam as negociações em torno de um novo acordo, já com previsões mais próximas da realidade, das metas trimestrais que o País deverá cumprir.

No encontro que manteve ontem com o chefe da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), a missão do FMI expôs sua concordância com a opção pelo expurgo. Segundo Dallari, os técnicos do Fundo consideram essa alternativa "válida", assim como concordaram com o aperto no controle de preços, através de mudanças na Portaria nº 13, que rege os aumentos de 273 itens de produtos industriais.

Aos economistas do Fundo, o secretário da SEAP explicou em que termos estão sendo colocados os trabalhos da FGV: "Falamos sobre dois temas básicos: no caso da inflação corretiva e no da acidentalidade". A ideia, segundo discorreu, é introduzir conceitos técnicos utilizados em outros países: não repassar para os índices de preços os aumentos provocados por "uma correção de rota", como o que aconteceu com a redução dos subsídios e, também, abstrair desses indicadores as elevações de preços decorrentes de "acidentalidades ou, como chamariam os ingleses, 'act of God'".

Dal, segundo Dallari, estariam excluídos os aumentos decorrentes dos fenômenos climáticos. O chefe da SEAP municiou bastante os emissários do Fundo com dados sobre os problemas climáticos que afetaram as safras de arroz, feijão, soja e também provocaram a escassez de leite.

Ainda não se tem como

certo que o expurgo será promovido por uma mudança metodológica permanente ou transitória. Dallari, indagado sobre essa questão, respondeu que o governo pode concluir sobre a necessidade de permanência dessa medida, mas não foi conclusivo.

O problema que está ocupando maior tempo dos técnicos envolvidos no assunto é o tamanho do expurgo. Segundo uma importante fonte da Seplan, que está operando como ponte de ligação entre o Executivo e o Legislativo, "na essência, há mesmo uma certa unanimidade entre os partidos do governo e da oposição em torno da necessidade de aplicação de um redutor nos índices de realimentação da inflação". Não haveria consenso, entretanto, no percentual de redução. "Ele não pode ser muito brando, porque se torna economicamente ineficaz, nem muito forte, pois não obteria apoio político necessário para ser implementado", ponderou a fonte.